

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013 - Condensado

Aos Senhores Acionistas,
 A Administração da Grendene S.A. apresenta-lhes, a seguir, em conformidade com as disposições estatutárias, à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, findas de 31 de dezembro de 2013, de forma condensada.
 O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, "completas" estão publicadas na íntegra nos jornais: O Povo (CE) e no Diário Oficial do Estado do Ceará, edição de 19 de fevereiro de 2014 e estão disponíveis no nosso site <http://ri.grendene.com.br>, no site da CVM <http://www.cvm.gov.br> e da BM&FBVESPA <http://www.bmfbovespa.com.br>.

1. Receita bruta de vendas

A elevação da receita bruta em 2013, relativamente a 2012 aumentou à taxa média composta de crescimento (CAGR) dos últimos anos para 11,5% a.a. (2008-2013) contra 10,2% a.a. no período 2008-2012. Destacamos que não são muitas as empresas brasileiras de produtos manufaturados que atingem um patamar de exportações de US\$262 milhões como fizemos em 2013.

R\$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Receita bruta de vendas	1.576,0	1.819,4	1.998,6	1.831,6	2.324,5	2.711,4	16,6%	11,5%
Mercado interno	1.220,5	1.464,4	1.603,8	1.489,9	1.845,4	2.146,9	16,3%	12,0%
Exportação	355,5	355,0	394,8	341,7	479,1	564,5	17,8%	9,7%
Exportação em US\$	193,8	177,7	224,3	204,0	245,1	261,6	6,7%	6,2%
Milhões de pares	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Volumes	146,4	165,7	169,5	150,1	185,0	216,2	16,8%	8,1%
Mercado interno	98,6	117,4	114,9	107,6	139,7	165,7	18,6%	10,9%
Exportação	47,8	48,3	54,6	42,5	45,3	50,5	11,4%	1,1%
R\$	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Preço médio	10,76	10,98	11,79	12,20	12,56	12,54	(0,2%)	3,1%
Mercado interno	12,38	12,47	13,97	13,85	13,21	12,96	(1,9%)	0,9%
Exportação	7,43	7,35	7,23	8,04	10,56	11,17	5,8%	8,5%
Exportação em US\$	4,05	3,68	4,11	4,80	5,40	5,18	(4,1%)	5,0%

Conforme dados da MDIC/SECEX/ABICALÇADOS, as exportações brasileiras de calçados em 2013 vs. 2012, aumentaram 0,2% em dólar; 8,5% no volume de pares vendidos com queda de 7,7% no preço médio em dólar.
 A nossa participação nas exportações brasileiras de calçados, quando comparado 2013 vs. 2012, ficou em 41,1% nos volumes de pares e passou de 22,4% para 23,9% na receita de exportação em dólar, mantendo a liderança nas exportações brasileiras de calçados pelo 11º ano consecutivo.

2. Receita líquida de vendas

R\$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Receita bruta de vendas	1.576,0	1.819,4	1.998,6	1.831,6	2.324,5	2.711,4	16,6%	11,5%
Mercado interno	1.220,5	1.464,4	1.603,8	1.489,9	1.845,4	2.146,9	16,3%	12,0%
Exportação	355,5	355,0	394,8	341,7	479,1	564,5	17,8%	9,7%
Deduções das vendas	(326,2)	(363,6)	(394,1)	(350,6)	(442,2)	(524,1)	18,5%	9,9%
Devolução e impostos s/vendas	(251,4)	(274,1)	(283,6)	(255,3)	(328,6)	(393,3)	19,7%	9,4%
Descontos concedidos a clientes	(74,8)	(89,5)	(110,5)	(95,3)	(113,6)	(130,8)	15,2%	11,8%
Receita líquida de vendas	1.249,9	1.455,8	1.604,5	1.481,1	1.882,3	2.187,3	16,2%	11,8%

3. Ebit e Ebitda

3.1. Ebit
 EBIT - earnings before interests and taxes - lucro operacional antes dos efeitos financeiros. Entendemos que por possuímos uma grande posição de caixa que gera receitas financeiras expressivas o lucro operacional de nossa atividade é melhor caracterizado pelo EBIT.

R\$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Conciliação do EBIT/EBITDA * (R\$ milhares)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Lucro líquido do exercício	239.367	272.211	312.399	305.446	429.003	433.540	1,1%	12,6%
Part. acionistas não controladores	49	(110)	68	5	888	465	(47,6%)	56,8%
Tributos sobre o lucro	10.699	15.707	18.415	34.845	65.399	68.805	5,2%	45,1%
Resultado financeiro líquido	(84.238)	(135.624)	(122.469)	(153.003)	(132.477)	(103.577)	(21,8%)	4,2%
EBIT	165.877	152.184	208.413	187.293	362.813	399.233	10,0%	19,2%
Depreciação e amortização	25.613	26.307	28.173	28.917	31.725	36.648	15,5%	7,4%
EBITDA	191.490	178.491	236.586	216.210	394.538	435.881	10,5%	17,9%
Margem EBIT	13,3%	10,5%	13,0%	12,6%	19,3%	18,3%	(1,0 p.p.)	5,0 p.p.
Margem EBITDA	15,3%	12,3%	14,7%	14,6%	21,0%	19,9%	(1,1 p.p.)	4,6 p.p.

* Demonstração conforme Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

3.2. Ebitda
 Nosso negócio é de baixa intensidade de capital sendo a depreciação em torno de 2% da Receita Líquida (2,0% em 2011, 1,7% em 2012 e 2013). Desta forma entendemos que a análise do EBIT faz mais sentido para a gestão operacional da Companhia.

4. Lucro líquido do exercício

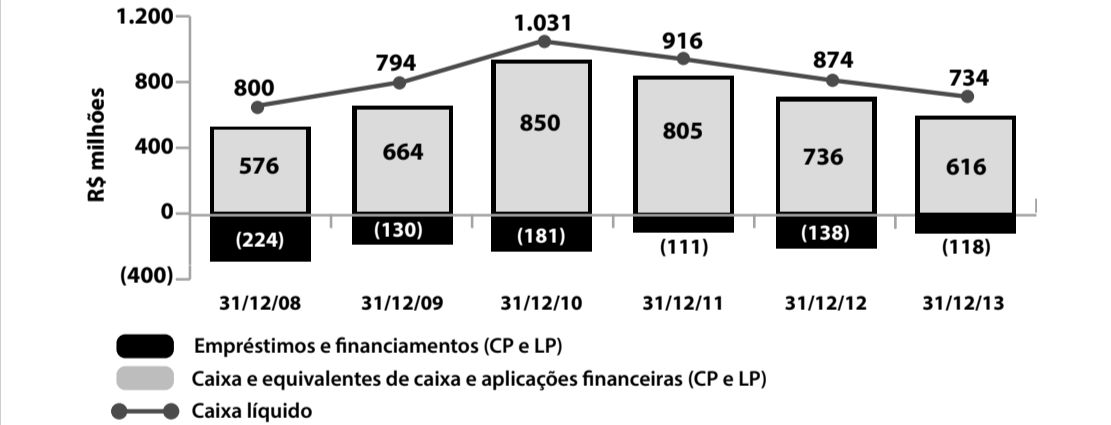
Nos últimos cinco anos o lucro líquido cresceu 12,6% a.a. (CAGR) com elevação em todas as margens da empresa: bruta operacional e líquida. Em 2013, o lucro líquido praticamente ficou estável em relação ao resultado de 2012 em função do aumento de custos que provocaram a diminuição das margens bruta e operacional e ainda pela redução dos resultados financeiros provocada por dois fatores: uma taxa média de juros menor que a verificada em 2012; e uma redução do saldo médio de caixa mantido pela Grendene em função de maior CAPEX e política agressiva de dividendos.

R\$ milhões	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 12/13	CAGR (5 anos)
Lucro líquido do exercício	239,4	272,2	312,4	305,4	429,0	433,5	1,1%	12,6%
Margem líquida	19,2%	18,7%	19,5%	20,6%	22,8%	19,8%	(3,0 p.p.)	0,6 p.p.
Lucro líquido do exercício por ação¹	0,7960	0,9052	1,0388	1,0157	1,4266	1,4417	1,1%	12,6%

¹ Para fins de comparabilidade o lucro líquido do exercício por ação foi calculado pela mesma quantidade de ações existentes em 31/12/2013 (300.720.000 ações ordinárias).

5. Geração de caixa e disponibilidades líquidas

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais em 2013 totalizaram R\$303,3 milhões; as atividades de investimentos deram origem a mais R\$89,6 milhões (CAPEX de R\$154 milhões e resgate líquido de R\$243,6 milhões de aplicações financeiras) totalizando uma origem de caixa de R\$392,9 milhões tendo destinado R\$368,0 milhões (dividendos pagos R\$294,6 milhões, mais o resultado dos empréstimos de curto e longo prazo R\$38,4 milhões e o custo com aquisição de ações em tesouraria de R\$35,0 milhões para as atividades de financiamentos) o que resultou no aumento do caixa e equivalentes de caixa de R\$24,9 milhões no exercício. O fluxo de caixa completo está disponível nas demonstrações financeiras.
 Geramos R\$974,1 milhões de caixa acumulado proveniente de nossas atividades operacionais nos últimos cinco anos, confirmando nossa excelente performance operacional.
 A distribuição das disponibilidades (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo), empréstimos e financiamentos (CP e LP) e do caixa líquido, podem ser vistas no gráfico a seguir:



6. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas na lei. O valor dos dividendos distribuídos de acordo com este percentual previsto nos estatutos da Companhia foi de R\$397 milhões. Entretanto, desde a abertura do capital em 2004 a Grendene distribuiu em média 54,8% do Lucro líquido após a reserva legal. A Administração propôs e a empresa distribuiu na forma de dividendos o valor adicional ao percentual definido nos estatutos de R\$1,2 bilhão totalizando R\$1,6 bilhão em dividendos, o que representa R\$5,15 por ação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)					
Ativo Circulante	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante
	2013	2012	2013	2012	
Caixa e equivalentes de caixa	24.740	8.125	39.360	14.489	Empréstimos e financiamentos
Aplicações financeiras	119.548	183.989	119.548	183.989	Fornecedores
Títulos ao valor justo por meio do resultado	273.117	281.043	273.117	281.043	Obrigações contratuais - Licenciamentos
Títulos mantidos até o vencimento	825.216	705.661	900.048	806.149	Comissões a pagar
Contas a receber de clientes	181.709	156.898	205.724	173.944	Impostos, taxas e contribuições
Estoques	16.362	15.319	22.031	19.943	Imposto de renda e contribuição social a pagar
Créditos tributários	1.478	1.650	1.704	5.339	Salários e encargos a pagar
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	69.551	65.213	69.819	65.388	Provisão para riscos trabalhistas
Títulos a receber	906	974	1.210	1.168	Reservas de capital
Custos e despesas antecipadas	60.269	80.564	61.501	81.806	Reservas de lucros
Outros créditos	1.572.896	1.499.436	1.694.062	1.633.258	Ações em tesouraria
Total do ativo circulante	3.011.940	3.011.940	3.011.940	3.011.940	Total do patrimônio líquido
Não circulante	301.940	394.389	301.940	394.389	Capital social realizado
Aplicações financeiras	2.447	2.841	2.454	2.847	Ajuste de avaliação patrimonial
Títulos mantidos até o vencimento	563	522	563	522	Reservas de capital
Depósitos judiciais	288	1.086	288	1.086	Reservas de lucros
Créditos tributários	9.060	20.765	15.656	23.282	Ações em tesouraria
Títulos a receber	314.298	419.603	324.469	422.126	Total do patrimônio líquido
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.373	51.116	877	877	Participação de acionistas não controladores
Despesas antecipadas	306.230	209.558	315.087	216.113	Investimentos
Intangível	29.414	17.999	34.847	19.078	Imobilizado
Total do ativo não circulante	712.315	698.266	675.280	658.194	Total do ativo não circulante
Total do ativo	2.285.211	2.197.702	2.369.342	2.291.452	Total do ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Grendene S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Sobral - CE, Brasil. As operações fabris estão concentradas principalmente na matriz, localizada no Município de Sobral, no Estado do Ceará. Possui, ainda, plantas industriais nas cidades de Fortaleza e Crato, no Estado do Ceará, Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia e em Farrowpilha e Carlos Barbosa, no Estado do Rio Grande do Sul.
 A Grendene desenvolve, fabrica, distribui e comercializa calçados para diversas situações de uso e para todas as classes sociais, atuando nos segmentos masculino, feminino, infantil e de consumo de massa.
 O setor de calçados, devido às suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requerem divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.
 As referências das notas a seguir se referem ao Relatório da Administração e às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, "completas".

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e avaliação do impacto da Medida Provisória 627/13

Não houve alterações nas políticas contábeis e métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

a) Demonstrações financeiras individuais

Em reunião da diretoria executiva realizada em 7 de fevereiro de 2014, as demonstrações financeiras da

Grendene S.A. foram apreciadas, revisadas e autorizadas à emissão.
 As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

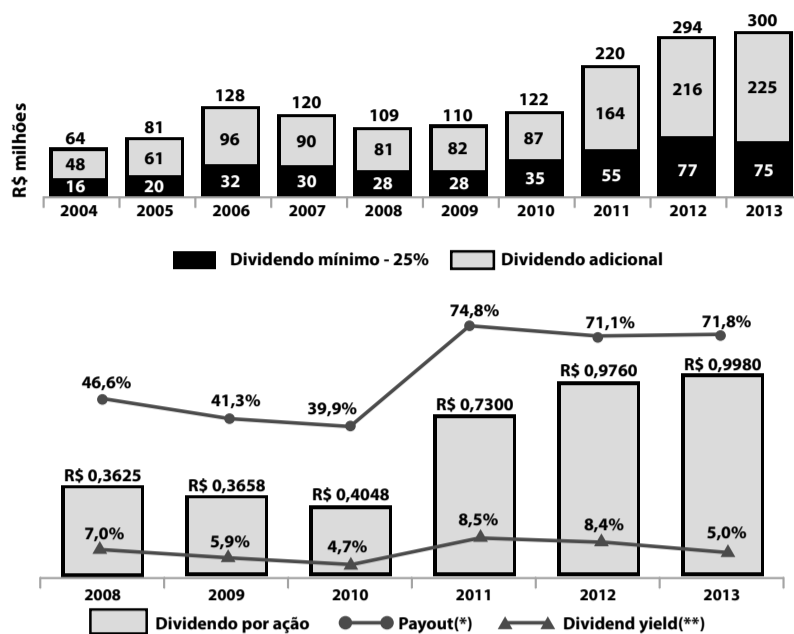
b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.
 A partir do segundo trimestre de 2013, as empresas A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. e a Grendene UK Limited, passam a fazer parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme descrito na Nota 10.c.

Não há, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

R\$ milhões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Acumulado desde 2004
Dividendo mínimo - 25%	16,0	20,3	32,1	29,9	27,9	28,0	34,9	55,2	77,3	75,1	396,8
Dividendo adicional	48,1	60,9	96,2	89,8	81,1	82,0	86,8	164,3	216,2	225,0	1.150,3
Dividendo total	64,1	81,2	128,3	119,7	109,0	110,0	121,7	219,5	293,5	300,1	1.547,1

Dividendos



(*) Payout: Dividendo dividido pelo lucro líquido após a constituição das reservas legais.

(**) Dividend yield: Dividendo por ação no período dividido pelo preço médio ponderado da ação no período anualizado.

Para fins de comparabilidade o dividendo por ação foi calculado pela mesma quantidade de ações existentes em 31/12/2013 (300.720.000 ações ordinárias excluindo as ações em tesouraria).

Com base no montante apurado em 31/12/2013 no valor de R\$300.057.180,00, menos as antecipações

★ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

d) Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13
No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e trata outras providências, dentre elas:
(i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
(ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Medida Provisória, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria;
(iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
(iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e
(v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
As disposições previstas na Medida Provisória têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014, que é facultada às empresas pela Medida Provisória, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos até a data de publicação desta MP, bem como juros sobre capital próprio e resultados de equivalência patrimonial.
A Companhia acompanha as diversas emendas já propostas no legislativo ao texto da Medida Provisória e tomará a decisão de adoção antecipada ou não quando esta se transformar em Lei ou, antes se assim for determinado por atos da Receita Federal (a data para a escolha ainda não está definida na legislação).
Não obstante isto, a Administração elaborou estudos dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que:

- a) a sua adoção antecipada eliminaria o risco da tributação da parcela dos dividendos pagos com base na contabilidade societária excedidos aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os valores apurados nos referidos estudos, são considerados materiais pela Administração da Companhia.
- b) a alteração trazida pelo art. 2º da Medida Provisória nº 627/13 ao Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 (dispositivo legal que trata do lucro da exploração), introduziu norma que, de forma expressa, passou a determinar a exclusão das receitas decorrentes de subvenções para investimentos no cálculo do lucro da exploração. A Companhia sujeitar-se-á a esta nova regra de forma facultativa a partir de 2014 ou obrigatória a partir de 2015. De acordo com os estudos promovidos, este dispositivo legal afetará a tributação incidente sobre os incentivos estaduais no momento em que integram a base de dividendos. Essa alteração poderá influenciar a decisão futura da Companhia sobre a proporção do Lucro Líquido a ser distribuído (payout) de acordo com a política de distribuição de dividendos da Companhia, cujo percentual é definido anualmente.

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	País	Participação Direta	
		2013	2012
Grendene Argentina S.A.	Argentina	95,00%	95,00%
MHL Calçados Ltda.	Brasil	99,998%	99,998%
Grendene USA, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Grendene UK Limited	Reino Unido	100,00%	-
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.	Brasil	42,50%	-

Características principais das entidades incluídas na consolidação:

- **Grendene Argentina S.A.:** empresa sediada na Argentina, suas atividades concentram-se na comercialização e abastecimento do mercado argentino.
- **MHL Calçados Ltda.:** empresa sediada no estado da Bahia, suas atividades concentram-se na industrialização e comercialização de calçados.
- **Grendene USA, Inc.:** empresa sediada nos Estados Unidos, atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano.
- **Grendene UK Limited:** empresa sediada no Reino Unido, atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos.
- **A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.:** empresa sediada no Brasil, suas atividades concentram-se na industrialização, comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. Não inclui investimentos em coligações ou joint ventures, em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Os exercícios sociais das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de vendas
A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras
A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que, por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira
As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrentes de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominados nas moedas US Dólar, Peso Argentino e Libra Esterlina são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

c.1) Ativos financeiros
São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias c.1.a., c.1.b. e c.1.c. acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, referidos efeitos tributários são registrados em contrapartida ao ativo passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e derivativos.

c.2) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e derivativos.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos financeiros e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 18.a.

c.5) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como a valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

c.6) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *hedge*. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "*Hedge*", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "*hedge accounting*". Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 18.b. A Companhia não opera com derivativos para fins especulativos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 6).

e) Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c.1. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

f) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foram constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 180 dias, considerando os que possuem débitos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

A provisão para descontos por pontualidade é constituída no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contrapartida registrada à rubrica de deduções de vendas.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 7.

3) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos (bons, porém não mais servíveis para o negócio da Companhia) são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foi constituída provisão em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

h) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Na aquisição do investimento, quaisquer diferenças entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizados como ágio (*goodwill*).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e levadas em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que este valor talvez não seja recuperável. As perdas por *impairment* são reconhecidas quando o valor contábil do ativo for superior ao valor recuperável. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são avaliados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou nenhum item que requera provisão para ajuste de realização.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - R1 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

j) Intangível

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o valor contábil do ativo for superior ao valor recuperável. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são avaliados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou nenhum item que requera provisão para ajuste de realização.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou nenhum item que requera provisão para ajuste de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Tributação

l.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

l.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As incluídos ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável correntem geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização. Os efeitos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

m) Subvenções governamentais para investimentos

Os incentivos fiscais correspondem a: i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 16).

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido. Os valores provenientes de incentivos estaduais poderão ter destinação diversa conforme previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

n) Pagamento baseado em ações

Diretores e Gerentes da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações (outorga de opções de compra de ações), em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza técnicas de precificação e valorização.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa na demonstração do resultado do exercício é registrada em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício, conforme demonstrado na Nota 20.

O efeito das opções em aberto no lucro líquido diluído por ação é demonstrado na Nota 15.g.

o) Informações por segmento

Os segmentos da Companhia e suas controladas são os seguintes: i) a produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo e, a partir do segundo trimestre de 2013; ii) a comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. As informações por segmento estão divulgadas na Nota 22.

p) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros componentes de curto ou longo prazo que requeriam ajuste a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações, a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de

d) Informações financeiras resumidas das controladas diretas e indireta (consolidadas)

	Grendene Argentina S.A. (*)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (*) (**)		Grendene UK Limited (**)		A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (*) (**)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativo circulante	89.658	112.796	17.363	14.358	23.487	16.937	1.398	-	6.577	-
Ativo não circulante	5.670	2.188	1.294	1.980	7.239	6.867	3.748	-	4.927	-
Total do ativo	95.328	114.984	18.657	16.338	30.726	23.804	5.146	-	11.504	-
Passivo circulante	73.191	90.395	4.532	2.516	11.913	8.082	626	-	862	-
Total do passivo	73.191	90.395	4.532	2.516	11.913	8.082	626	-	862	-
Patrimônio Líquido das controladas	22.137	24.589	14.125	13.822	18.813	15.722	4.520	-	10.642	-
Participação no patrimônio líquido (investimento)	95,00%	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	-	42,50%	-
	21.030	23.559	14.125	13.822	18.813	15.722	4.520	-	4.523	-

	Grendene Argentina S.A. (*)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (*) (**)		Grendene UK Limited (**)		A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (*) (**)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receitas	93.622	155.488	29.052	30.513	24.811	19.544	312	-	714	-
Custos e despesas	(92.350)	(137.720)	(28.749)	(28.020)	(26.495)	(22.841)	(2.267)	-	(16)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das controladas	1.272	17.768	303	2.485	(1.684)	(3.297)	(1.955)	-	698	-
Resultado de equivalência patrimonial	95,00%	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	-	42,50%	-
Lucros não realizados	120	16.791	303	2.485	(1.684)	(3.297)	(1.955)	-	297	-
Total do resultado de equivalência patrimonial	1.221	17.670	303	2.485	(2.688)	(3.773)	(1.955)	-	297	-
Caixa líquido das atividades operacionais	14.182	(69.468)	4.883	(6.095)	256	(3.314)	(5.255)	-	(4.906)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	-	-	(141)	(102)	(232)	(936)	(191)	-	(2.055)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(16.037)	71.831	-	-	2.011	4.059	5.709	-	10.003	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.855)	2.363	4.742	(6.197)	2.035	(191)	263	-	3.042	-

(*) Auditorias por outros auditores independentes.
(**) Valor consolidado da controladora Grendene USA, Inc. e a controlada indireta Grendene New York, L.L.C.; Valor consolidado da controlada Grendene UK Limited, e a controlada indireta Grend

Grendene®

Grendene S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 89.850.341/0001-60
NIRE nº 23300021118-CE



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	433.540	429.003
(-) Constituição da reserva legal	(15.830)	(16.404)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(116.940)	(100.925)
(-) Reserva de incentivos fiscais de controlada - MHL Calçados Ltda.	(304)	(1.457)
Base de cálculo dos dividendos	300.466	310.217
Dividendos propostos pela administração	300.057	293.503
Percentual sobre a base de cálculo	99,9%	94,6%
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	75.117	77.554
Dividendo proposto em excesso ao mínimo obrigatório	224.940	215.949
	<u>300.057</u>	<u>293.503</u>

Do montante proposto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, R\$188.250 foram pagos ao longo do próprio exercício de 2012 e o saldo de R\$105.253 foi liquidado em 24 de abril de 2013.

A Ata da 49ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2013, definiu o *payout*

para o exercício de 2013 como sendo de aproximadamente 65% do lucro líquido do exercício após a constituição das reservas. Nos exercícios de 2011 e 2012 o *payout* praticado foi de aproximadamente 75%. A Companhia manterá a política de distribuição trimestral de dividendos.

No exercício de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$189.392, sendo distribuídos R\$64.053 (representando R\$0,213 por ação) em 22 de maio de 2013, R\$41.500 (representando R\$0,138 por ação) em 14 de agosto de 2013 e R\$83.839 (representando R\$0,279 por ação) em 14 de novembro de 2013.

Adicionalmente, a Administração propôs, em 31 de dezembro de 2013, o pagamento complementar de R\$110.665 (representando R\$0,368 por ação) perfazendo um dividendo total de R\$300.057, após deduções legais e estatutárias.

g) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação ("*Earnings per Share*"), demonstramos a seguir a reconciliação do lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	Controladora	
	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido do exercício	433.540	429.003
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	300.720.000	300.720.000
Média ponderada do número de ações ordinárias em tesouraria	(89.831)	-
	<u>300.630.169</u>	<u>300.720.000</u>
Lucro básico por ação ordinária	1.4421	1.4266
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	300.630.169	300.720.000
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções de compra ou subscrição de ações	1.140.198	1.504.579
	<u>301.770.367</u>	<u>302.224.579</u>
Lucro diluído por ação ordinária	1,4367	1,4195

CONSELHO FISCAL

Fernando Luis Cardoso Bueno
Presidente do Conselho Fiscal

Bolívar Charnerski

Membros do Conselho

Maurício Rocha Alves de Carvalho

Alexandre Grendene Bartelle
Presidente do Conselho
de Administração

Pedro Grendene Bartelle
Vice-Presidente do Conselho
de Administração

Mailson Ferreira da Nóbrega
Oswaldo de Assis Filho

Membros do Conselho

Renato Ochman
Walter Janssen Neto

DIRETORIA

Rudimar Dall'Onder
Diretor Presidente e Diretor Industrial e Comercial

Gelson Luis Rostirolla
Diretor Vice-Presidente

Francisco Olinto Velo Schmitt
Diretor de Relação com Investidores, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo e de Controladoria

Luiz Carlos Schneider
Contador - CRC/CE - SEC - 70.520/O-5